

As habilitações ofertadas pelas escolas de ensino de 2º grau no estado do Rio Grande do Norte entre 1971 e 1996

Professional qualifications offered by the second-degree schools in the state of Rio Grande do Norte from 1971 to 1996

Las calificaciones ofrecidas por las escuelas secundarias en el estado de Rio Grande do Norte entre 1971 y 1996

Recebido: 29/10/2019 | Revisado: 30/10/2019 | Aceito: 04/11/2019 | Publicado: 07/11/2019

Nara Lidiana Silva Dias Carlos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5359-7208>

Universidade Federal do Rio grande do Norte, Brasil

E-mail: naralid@yahoo.com.br

Ilane Ferreira Cavalcante

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1783-9879>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: ilanecfc@gmail.com

Olívia Moraes de Medeiros Neta

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4217-2914>

Universidade Federal do Rio grande do Norte, Brasil

E-mail: olivianeta@gmail.com

Resumo

Neste trabalho, procuramos realizar análises sobre as habilitações que constituíram o ensino de 2º grau no Rio Grande do Norte (RN) entre os anos de 1971 e 1996. Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica baseado em Araújo (2010) e Germano (2011), entre outros, e de análise documental, no qual as fontes foram coletadas na Secretaria de Estado da Educação e da Cultura do Estado do Rio Grande do Norte. Nosso objetivo primeiro foi o de analisar se a oferta do ensino de 2º grau se deu conforme a necessidade do mercado de trabalho, para entender até que ponto o âmbito econômico interferiu no espaço da educação pública estadual. Para tanto, nos questionamos: o mercado de trabalho interferiu diretamente na oferta do ensino de 2º grau no RN? Os resultados indicam que apesar de ofertar habilitações em todos os eixos de atuação, o RN não esteve em total consonância com o mercado de trabalho,

uma vez que as habilitações do setor primário (que cresceu muito durante os anos de 1970 e 1980) tiveram uma oferta pequena em relação, principalmente, ao setor terciário.

Palavras-chave: Ensino de 2º grau; Habilitações Profissionais; Rio Grande do Norte; Educação Profissional.

Abstract

In this paper we try to analyze the professional qualifications offered as second-degree teaching by the state of Rio Grande do Norte (RN) from 1971 to 1996. The bibliographical study is based on Araújo (2010) and Germano (2011), among others, and the source of documental analysis was collected in the State Secretary of Education and Culture of RN. Our main purpose was to analyze if the qualifications offered were connected to the demands of the labor market, in order to understand how much economics interfered in public education in this period. To achieve this, we questioned: did the labor Market directly interfere in the second-degree courses offered by the state of RN? The results showed us that, though RN offered professional qualification in different categories, these offers did not originate directly from the demands of the labor market, and the reason behind this result is that there were fewer offers related to the primary economic sector (who had a major increase during the 1970's and 1980's) when compared to the offers related to tertiary sector.

Keywords: Second-degree teaching; professional qualifications; Rio Grande do Norte; Professional education.

Resumen

En este trabajo, tratamos de analizar las calificaciones que constituyeron la educación secundaria en Rio Grande do Norte (RN) entre 1971 y 1996. Este es un estudio de revisión de literatura basado en Araújo (2010) y Germano. (2011), entre otros, y el análisis de documentos, en el cual las fuentes fueron recolectadas en el Departamento de Educación y Cultura del Estado del Rio Grande do Norte. Nuestro primer objetivo fue analizar si la oferta de educación secundaria estaba de acuerdo con la necesidad del mercado laboral, para comprender en qué medida el entorno económico interfería en el espacio de educación pública estatal. Por lo tanto, nos preguntamos: ¿el mercado laboral interfirió directamente con la provisión de educación secundaria en RN? Los resultados indican que a pesar de ofrecer calificaciones en todas las áreas de actividad, en RN no estaba totalmente de acuerdo con el mercado laboral, ya que las calificaciones del sector primario (que creció mucho durante los años 1970 y 1980) tenían un pequeña oferta en relación principalmente al sector terciario.

Palabras clave: Educación secundaria; Calificaciones profesionales; Rio Grande do Norte; Educación professional.

1. Introdução

Neste artigo, são realizadas análises sobre as habilitações que constituíram o ensino de 2º grau no Rio Grande do Norte (RN) entre os anos de 1971 e 1996 . Nesse sentido, tentamos compreender qual a relação da educação do RN, no período em análise, com o mercado de trabalho. Nosso objetivo foi o de analisar as habilitações para entender até que ponto o âmbito econômico interferiu no espaço da educação pública estadual. Diante do exposto, partimos da hipótese de que o ensino de 2º grau, no RN, esteve alicerçado no que chamamos de tripé de base do ensino de 2º grau, composto por três eixos distintos: Administração, Educação e Curso não profissionalizante.

Para alcançarmos tal objetivo, nos perguntamos: o mercado de trabalho interferiu de maneira direta na oferta do ensino de 2º grau no RN? Se as habilitações e as disciplinas da parte diversificada deveriam ser baseadas nas necessidades do mercado de trabalho, como explicar a organização da educação no RN? Qual critério foi utilizado pelo RN para escolher os eixos que teriam mais evidência?

A nossa investigação tem como embasamento a divisão baseada nas mesorregiões do estado do RN – Leste Potiguar, Agreste Potiguar, Central Potiguar e Oeste Potiguar –, assim como focamos em três categorias: Escolas Criadas, Escolas Transformadas e Escolas Estadualizadas . Nesse sentido, procuramos distinguir quais cursos apareceram mais em uma mesorregião do que em outra, como também investigamos, com base nas categorias, se existe distinção entre elas por meio dos cursos ofertados nas escolas de ensino de 2º grau. Ou seja, houve, durante o espaço de tempo em investigação, distinção para as habilitações oferecidas entre as Escolas Criadas, as Escolas Transformadas e as Escolas Estadualizadas?

Este questionamento proporcionou a oportunidade de diagnosticarmos se, por exemplo, as Escolas Criadas ofertaram mais habilitações em um determinado eixo ou habilitação do que as Escolas Transformadas ou se não houve distinção entre essas categorias escolares.

Este estudo se tornou possível, devido a nossa pesquisa de mestrado, já finalizada. Os dados analisados neste artigo tiveram por base os Livros de Registro e Inspeção das Escolas da Subcoordenadoria de Organização e Inspeção Escolar, localizada na Secretaria de Educação e da Cultura do estado do Rio Grande do Norte. O método utilizado para análise foi

o indiciário.

2. Metodologia

O tipo de pesquisa que embasou este trabalho foi de campo e de natureza qualitativa, na qual utilizamos a revisão bibliográfica e a análise documental. Para Pereira, A.S. et al. (2018) o método qualitativo é importante, pois é a partir dele que o pesquisador interpreta e infere opiniões sobre o fenômeno em estudo.

No que concerne ao referencial teórico que deu suporte às análises produzidas neste estudo, tomamos como base a história política, numa perspectiva da nova história política. Para Barros (2004, p. 106-107, grifo do autor), “o que autoriza classificar um trabalho historiográfico dentro da História Política é naturalmente o enfoque no “poder”.” Esse crítico esclarece ainda que os objetos de estudos da história política são transpassados pela noção de poder. Esses elementos tanto podem ser com enfoque na história política tradicional como guerras e diplomacias, como também podem ser o modo de organização de unidades políticas como Estados, instituições no viés da nova história política.

Concordamos com Rémond (2003) ao afirmar que o político é o espaço de gestão da sociedade global, ele conduz outras atividades e regulamenta seu exercício. As decisões da esfera política podem criar novas conjunturas que abrem campo para outras atividades de todo tipo, e isso ocorre porque ela se vincula a outros domínios da vida coletiva. Apesar de o autor considerar essa conjuntura, ele coloca que nem tudo é político, constatando “[...] que o político é o ponto para onde conflui a maioria das atividades e que recapitula os outros componentes do conjunto social.” (Rémond, 2003, p. 447).

3. Ensino de 2º grau no estado do rio grande do norte: as habilitações ofertadas entre 1971 e 1996

Ao longo da pesquisa, percebemos inúmeras alterações nas habilitações ofertadas pelas escolas de 2º grau, assim como, constatamos inconstância de determinadas habilitações nos estabelecimentos de ensino. Ao todo, averiguamos, a partir das fontes da Subcoordenadoria de Organização e Inspeção Escolar, que o RN ofertou, nesses vinte e cinco anos, de 1971 a 1996, 39 (trinta e nove) habilitações: sendo que 38 (trinta e oito) delas eram profissionalizantes, e ainda contavam com 2º grau não profissionalizante, embasadas na Lei n. 7.044/82, compondo, dessa maneira, a totalidade das habilitações executadas nas escolas estaduais.

Neste primeiro momento, devido ao grande número de habilitações identificadas nas fontes da Subcoordenadoria de Organização e Inspeção Escolar, tivemos que separar os cursos por eixo de atuação. Esse diagnóstico foi possível, em certa medida, porque o Parecer nº 45/1972 apresenta uma divisão estabelecendo qual habilitação pertence a qual campo. Porém, como o Parecer supracitado foi elaborado logo após a promulgação da Lei nº 5.692/1971, existem muitos cursos mencionados nos documentos da Secretaria de Educação e da Cultura do estado do Rio Grande do Norte que não são apresentados neste Parecer. Logo, foi necessário criar alguns grupos de análise para que se pudesse dar conta de estabelecer os parâmetros devidos para alcance do nosso objetivo, assim como para que ficasse mais didática a apresentação, uma vez que a relação das habilitações é extensa.

Dessa maneira, identificamos, ao todo, 10 (dez) eixos. Dois deles foram retirados do Parecer nº 45/72 (Agricultura e Pecuária e Química e Petroquímica). Os outros 8 (oito) eixos foram criados por nós, fundamentados nos campos de conhecimento de cada habilitação, conforme Quadro 1.

Quadro 1

Habilitações do ensino de 2º grau por eixo, ofertados pelo estado do Rio Grande do Norte entre os anos de 1971 e 1996

EIXOS	HABILITAÇÕES
Administração	Assistente administrativo
	Auxiliar de Administração
	Auxiliar de Escritório
	Auxiliar de crédito e finanças
	Auxiliar de contabilidade
	Auxiliar de Redação Oficial
	Auxiliar de Secretário Executivo
	Estatística
	Habilitação Básica em Administração ¹
	H. B. em Crédito e Finanças
	Técnico em Serviços Bancários
Técnico em contabilidade	
Comércio e Serviço	H. B. Setor Terciário
	H. B. em Comércio
	Técnicas Comerciais
Saúde	Auxiliar de Patologia Clínica

¹ As habilitações com a nomenclatura **Habilitação Básica**, para efeitos de escrita, poderão ser abreviadas por meio da sigla H.B., seguindo a mesma utilização dos livros de registros das escolas da Secretaria de Educação e da Cultura do estado do Rio Grande do Norte.

	Auxiliar de Enfermagem
	Técnico em Enfermagem/Enfermagem
	Técnico em Nutrição
	H. B. em Saúde
	Auxiliar de Prótese Dentária
Construção Civil	Auxiliar Técnico em Edificações
	Desenhista de Arquitetura
	H. B. em Construção Civil
	Técnico de Edificações
Educação	Magistério
	Técnico em Secretariado Escolar
Agricultura e Pecuária	H.B. Setor Primário
	H. B. em Agropecuária
	Técnico em Agropecuária
	Produção Rural
Eletricidade e Eletrônica	Eletricidade
	Desenhista de Instalações Elétricas
	Auxiliar Técnico em Eletricidade
	Eletrônica
Química e Petroquímica	Química
Mecânica	Auxiliar Técnico Em Mecânica
	Mecânica
Curso não profissionalizante ²	Curso embasado na lei 7.044 / Preparação para o trabalho

Fonte: Elaborada pelas autoras

Neste trabalho, o Quadro 1 servirá apenas como referência para situar o leitor de como ficou a divisão eixo/curso, contudo existem algumas informações que entendemos serem importantes para compreender a dificuldade de sua organização, como, por exemplo, as mudanças nos nomes das habilitações. Inicialmente, a impressão era de que a quantidade de habilitações era maior, entretanto, quando iniciamos a análise das fontes de maneira mais aprofundada e com a utilização do método indiciário, se pôde perceber que inúmeras habilitações tiveram sua nomenclatura alterada, entretanto essas informações não são esclarecidas nos livros de registro das escolas, utilizados como fonte. Chartier (2002) explica a necessidade de se

² Faz-se necessário informar, que o Curso não profissionalizante está sendo inserido na tabela como eixo, embora não seja da educação profissional (EP), pois surgiu como oferta de 2º grau em cada mesorregião. No entanto, ao serem contabilizados os dados de oferta de EP, ele não será considerado, configurando-se como oferta destacada à parte, visto ser um curso de caráter propedêutico, fora do âmbito da EP, fazendo parte, apenas, da contagem geral da oferta de ensino de 2º grau.

Compreender o significado histórico dessas séries de signos; numerosas, variadas, densas, exige, por fim, que se interroguem as diferenciações da sua decifração. Cada uma delas é susceptível de leituras plurais, que variam de acordo com a circulação desigual dos códigos e das chaves próprios de cada fórmula de representação, e também consoante os distanciamentos dos saberes e das competências dos diferentes públicos colocados em posição de ver o poder através dos seus signos (Chartier, 2002, p. 221).

Para este crítico, existe a necessidade de construir uma problemática da variação histórica e sociocultural de como se compreendia os signos do Estado de acordo com o modelo proposto para a leitura dos textos. Segundo ele, os signos do poder não circulam nas mesmas áreas sociais, assim como divergem nas regras de interpretação. Para se compreender a eficácia simbólica do Estado, também se faz necessário identificar as cerimônias e rituais que exprimem a mesma simbologia colocada acima, pois essas relações construídas por meios desses ritos consolidam a relação entre os grupos sociais e o Estado.

E este elemento exposto por Chartier (2002) foi percebido nas fontes, pois não há uniformidade no preenchimento dos livros de registro das escolas. Compreendemos, assim, que esses signos também podem ser escritos, palavras. Por exemplo, a habilitação não profissionalizante embasada na Lei n. 7.044/1982 recebe diversas nomenclaturas, em alguns casos essa habilitação é chamada de Curso de Preparação para o Trabalho ou simplesmente Preparação para o Trabalho, em outros casos é chamado de 2º grau embasado na 7.044, dentre outras denominações.

Assim, para chegarmos a uma síntese de como cada eixo foi explorado nas escolas de ensino de 2º grau, foi necessário tabelar todas as habilitações em cada mesorregião e depois englobá-las dentro de cada eixo para só então ser possível inferir qual o percentual real de cada eixo por mesorregião. Depois de analisá-las individualmente, chegamos à construção da Tabela 1. Porém, antes de nos atermos a ela, é necessário esclarecer que essa tabela foi pensada com o intuito de oferecer ao leitor uma visão geral de como se comportou cada eixo na conjuntura estadual durante os anos em estudo.

Tabela 1

Quantidade total de habilitação por eixo e por mesorregião do ensino de 2º grau no estado de Rio Grande do Norte (1971-1996)

Eixo	Leste Potiguar	Agreste Potiguar	Central Potiguar	Oeste Potiguar	Total geral de habilitação por eixo	Total percentual por eixo
Administração	47	11	23	29	110	28,6%

Saúde	9	0	0	3	12	3,1%
Construção Civil	8	0	1	1	10	2,6%
Eletricidade e Eletrônica	4	0	0	2	6	1,6%
Agricultura e Pecuária	3	8	4	8	23	6,0%
Comércio e Serviço	8	0	1	5	14	3,6%
Educação	14	24	18	39	95	24,7%
Mecânica	0	0	1	1	2	0,5%
Química e Petroquímica	1	0	0	1	2	0,5%
Curso não profissionalizante	28	15	14	39	96	24,9%
Habilitações não identificadas	9	0	1	5	15	3,9%
Total de habilitações	131	58	63	133	385	100%

Fonte: Elaborada pelas autoras

A observação da Tabela 1 torna possível chegar a inúmeras conclusões. A primeira delas, é de que a ênfase do ensino de 2º grau, no estado do RN, foi profissionalizante, pois como se pode constatar, o item Curso não profissionalizante obteve em torno de 25% (vinte e cinco por cento) do total geral. A segunda conclusão diz respeito à proeminência dada ao eixo Administração, que foi contemplado com quase 29% (vinte e nove por cento), dentro do panorama geral, enquanto o eixo Educação deteve uma média de 25% (vinte e cinco por cento). Outros olhares demonstram que o restante dos eixos teve pouca oferta, como por exemplo, Agricultura e Pecuária, que deteve um total de 6% (seis por cento); ou os eixos Saúde e Comércio e Serviço, com uma oferta que não chegou aos 4% (quatro por cento); ou ainda o eixo denominado Construção Civil, que apresentou uma média de 2,5% (dois e meio por cento). O restante dos eixos não alcançou nem 2% (dois por cento) dentro da oferta da rede estadual de ensino no RN.

O eixo Habilitações não identificadas necessita de um adendo, pois dentro dela existem dois parâmetros distintos: o primeiro deles diz respeito aos documentos que não trazem nenhuma informação sobre as habilitações; já o segundo se refere a fontes que trazem apenas a comunicação de que as habilitações eram H.B., ou seja, Habilitações Básicas. Isso proporciona duas situações: uma delas é a confirmação de que essas escolas trabalhavam com o 2º grau profissionalizante; a outra é o fato de não termos condições de detectar a que curso especificamente essas Habilitações Básicas se reportam, pois todas elas se direcionavam a áreas específicas, como por exemplo: H. B. em Saúde ou H. B. em Construção Civil, dentre outras.

Uma hipótese passível de constatação é que o ensino de 2º grau profissionalizante teve como esferas basilares, os eixos Administração e Educação. Através das fontes analisadas se diagnosticou que apenas 11 (onze) escolas, das que ofertaram o ensino de 2º grau profissionalizante, não tiveram habilitações de algum desses dois eixos. Portanto, diante desse levantamento, a proposição em destaque se mostra bastante coerente, pois o número, quando relacionado ao todo, não é tão significativo. Nessas 11 (onze) instituições, a média das habilitações é do eixo Comércio e Serviço, com 2 (duas) escolas ofertando habilitações neste eixo e outras 9 (nove) instituições de ensino oferecendo habilitações no eixo de Agricultura e pecuária. Outro elemento percebido é o destaque dado ao Curso não profissionalizante embasado na Lei n. 7.044/82. Dessa maneira, são esses 3 (três) eixos supracitados – Administração e Educação - e o Curso não profissionalizante – as bases do ensino de 2º grau no estado.

Desse modo, das 128 (cento e vinte e oito) escolas que ofertaram o 2º grau profissionalizante, 117 (cento e dezessete) delas tiveram em algum momento habilitações do eixo Administração, de Educação ou dos dois eixos ao mesmo tempo. Esses dois eixos, provavelmente, eram os que exigiam menos investimentos financeiros do estado, como também eram mais fáceis de serem executados pelas escolas, por não necessitar de laboratórios e nem professores com formação específica, pois na ausência deste, bastava, segundo Art. 79 da Lei nº 5.692/71, “[...] professôres habilitados para o mesmo grau escolar, com experiência de magistério” (Lei n. 5.692, 1971).

Araújo (2010), contudo, expõe que, no ano de 1973, existiam 34 projetos classificados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) como sendo da indústria para o Estado do RN, sendo 25 (vinte e cinco) destes para ramos distintos da indústria como têxtil, tecelagem, confecções, de alimentação, sal, caju. Santos (2001) elucida que, entre 1980 e 1990, a população economicamente ativa (PEA) se concentrava de maneira maciça entre os setores primários e terciários, igualmente explana que o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra (PIPMO), no RN, no ano de 1977, “treinou no setor primário, 2.284 homens do campo, 1.770 pessoas no setor secundário e 2.715 no setor terciário da economia” (Santos, 2001, p. 500).

Partindo dessas informações, podemos nos perguntar o porquê dessa discrepância entre os setores primário e terciário, pois enquanto se necessitava de força de trabalho qualificada para esses dois setores, o RN se preocupou em qualificar mais para uma determinada área. Aqui se encontra uma das grandes críticas à profissionalização no Brasil à época, pois, se pela Lei n. 5.692/1971, as habilitações e as disciplinas da parte diversificada

deveriam ser baseadas nas necessidades do mercado de trabalho, como explicar a organização da educação no RN? Qual critério utilizado pelo RN para escolher os eixos que teriam mais evidência? Germano (2011) elucida que um dos pontos que levou ao fracasso da profissionalização no Brasil foi a existência de uma desconexão entre o ensino e o que realmente as indústrias precisavam. Por fim, as escolas não estavam formando para as necessidades prementes da indústria no RN.

Ainda sobre a Tabela 1, destacamos: o número de habilitações ofertadas no total e a disparidade entre a quantidade de habilitações efetivadas por mesorregiões. No que diz respeito ao primeiro item, concluímos, com base nas fontes da Subcoordenadoria de Organização e Inspeção Escolar, que o estado do RN executou na íntegra, como se pode observar, 385 (trezentos e oitenta e cinco) habilitações, dessas, pelo menos 280 (duzentos e oitenta) foram profissionalizantes, pois da categoria Habilitações não identificadas, é certo afirmar que 8 (oito) delas são profissionais, pois conforme já foi explicado, essas fontes apenas trazem a informação de que os cursos eram Habilitações Básicas. Concluímos, assim, no que tange à educação Profissional (EP) do período, que este número é expressivo, se considerar o total geral de oferta com 385 (trezentos e oitenta e cinco) habilitações. Conforme diagnosticado, 98 (noventa e oito), dos 113 (cento e treze) municípios que tinham o ensino de 2º grau ofereceram habilitações técnicas profissionalizantes, assim, nessas 98 (noventa e oito) cidades foram executadas, no mínimo, 280 (duzentos e oitenta) habilitações profissionalizantes.

Já no que diz respeito ao segundo componente, - a diferença entre a quantidade de habilitações efetivadas por mesorregiões - é possível afirmar, a princípio, que tal divergência ocorreu devido à quantidade de escolas de 2º grau existentes em cada um desses locais. Contudo, apesar da mesorregião Agreste Potiguar ter tido um número maior de escolas do que a Central Potiguar, 37 (trinta e sete) ao todo, esta teve um número menor de habilitações, com apenas 23 (vinte e três) instituições de ensino de 2º grau que executaram 63 (sessenta e três) habilitações profissionalizantes, enquanto a mesorregião Agreste efetivou 58 (cinquenta e oito). Já as mesorregiões Leste e Oeste Potiguar tiveram um montante de oferta semelhante, a primeira executou 131 (cento e trinta e uma) habilitações, enquanto a segunda concretizou 133 (cento e trinta e três). Destarte, podemos dizer que a divergência entre essas duas últimas mesorregiões é mínima no quesito quantidade de habilitações efetivadas entre elas. Mas é possível observar que, para além das divergências e aproximações do aspecto tratado neste parágrafo, houve discrepância entre as habilitações ofertadas por cada uma.

Portanto, no que toca às mesorregiões, a começar desse momento, iremos avaliar cada uma individualmente de forma a identificar qual grupo de habilitações predominou em qual mesorregião e quais foram realizadas em cada uma. Também procurando diagnosticar quais foram as habilitações que predominaram nas categorias Escolas Criadas, Escolas Transformadas e Escolas Estadualizadas, se ofertaram mais habilitações em determinados eixos do que em outros. Para tanto, iniciamos nossa análise pela mesorregião Leste Potiguar, com a Tabela 2.

Tabela 2

Habilitações ofertadas por categoria de escolas na mesorregião Leste Potiguar (1971-1996)

HABILITAÇÃO	Escolas Criadas	Escolas Transformadas	Escolas Estadualizadas	Total por habilitação
Assistente administrativo	4	1	1	6
Aux. de Administração	-	1	-	1
Aux. de escritório	2	8	1	11
Aux. de contabilidade	2	5	1	8
Aux. de secretário executivo	1	2	-	3
Aux. de crédito e finanças	-	1	-	1
Estatística	-	-	1	1
H. B. em administração	2	2	-	4
H. B. em Crédito e Finanças	2	-	-	2
Téc. em contabilidade	4	4	1	9
Téc. Em Serviços Bancários	1	-	-	1
Aux. de Patologia Clínica	-	1	-	1
Aux. de Enfermagem	-	1	-	1
Aux. de prótese dentária	-	1	-	1
H. B. em Saúde	2	2	-	4
Téc. em Enfermagem	-	1	-	1
Téc. Em nutrição	1	-	-	1
Aux. Téc. Em Eletricidade	1	-	-	1
Desenhista de Instalações elétricas	-	2	-	2
Eletrônica	1	-	-	1
Téc. de Edificações	-	1	-	1
Desenhista de Arquitetura	-	2	-	2
H. B. em Construção Civil	2	1	-	3
Aux. Téc. em Edificações	2	-	-	2
H.B. Setor Primário	-	1	-	1
H. B. Setor Terciário	-	4	-	4
H. B. em Comércio	2	2	-	4
Téc. Em Agropecuária	1	-	-	1
H. B. em Agropecuária	1	-	-	1

Magistério	6	8	-	14
Química	1	-	-	1
Curso embasado na lei 7.044	11	16	1	28
Habilitação sem identificação	1	1	-	2
Sem habilitações	5	2	-	7
Total de habilitação por categoria	55	70	6	Total geral de habilitação
Total percentual de habilitação por categoria	42%	53%	5%	131

Fonte: Elaborada pelas autoras

O primeiro ponto que chama a atenção, na Tabela 2, é a quantidade de habilitações ofertadas pela mesorregião Leste Potiguar, foi possível identificar que houve oferta de, ao todo, 131 (cento e trinta e uma) habilitações. Isso significa dizer que, das 39 (trinta e nove) habilitações que o estado executou, apenas 8 (oito) não estiveram presentes nessa mesorregião. Esses números já eram esperados, uma vez que a quantidade de escolas constatadas para a mesorregião Leste Potiguar foi bastante expressiva quando comparada às demais e quando relacionada à quantidade de municípios que ofertavam o ensino de 2º grau. O número de habilitações é bastante significativo, sendo superada apenas pela mesorregião Oeste Potiguar. Esses dados podem ser indicativos pelo fato de nela se encontrar a capital do RN e, evidentemente, se relacionar com o aumento da população urbana à época.

Outro elemento a ser considerado é o fato de a habilitação de Magistério aparecer com um número bem abaixo da média das demais mesorregiões, neste caso, em específico, o eixo de Educação conteve em torno de 11% (onze por cento) da oferta geral, enquanto nas outras mesorregiões esse percentual ficou bem acima disso. Já o eixo Administração, que também entendemos como base para o ensino de 2º grau, teve um percentual bem maior, girando em torno dos 36% (trinta e seis por cento), dessa maneira, é possível constatar a disparidade entre esses dois eixos, na mesorregião Leste Potiguar, entretanto, foram os dois eixos, dentro da EP, que obtiveram maior índice de oferta, enquanto os outros não ultrapassaram os 6% (seis por cento). Já no que se refere ao 2º grau não profissionalizante, esta mesorregião efetivou um número expressivo de oferta, em torno dos 21% (vinte e um por cento).

No que se refere às categorias das escolas, o maior número de ofertas ficou com as Escolas Transformadas, com índice de 53% (cinquenta e três por cento), enquanto a categoria Escolas Criadas totalizou 42% (quarenta e dois por cento) e as Escolas Estadualizadas executaram apenas 5% (cinco por cento) das habilitações. Estes percentuais estão coerentes se for feita a relação de quantidade de escolas que se encaixam em cada uma das categorias, sendo a categoria Escolas Transformadas com o maior número de escolas.

Nessa mesorregião apenas eixos como Agricultura e Pecuária, Química e Petroquímica apresentaram habilitações que só foram ofertadas pela categoria Escolas Criadas, os outros eixos ofertaram as habilitações em todas as categorias de escolas. Ao observá-las individualmente, é admissível perceber que as habilitações Auxiliar Técnico em Elétrica e a habilitação de Eletrônica, do eixo Eletricidade e Eletrônica, foram ofertados apenas nesta mesorregião, em Escolas Criadas, o mesmo também ocorre com a habilitação Técnico em Nutrição e Auxiliar Técnico em Edificações, as demais estão presentes em todas as categorias. Aparentemente, não se pode afirmar que o estado do RN teve distinção entre as categorias das escolas, contudo, quando averiguadas as demais mesorregiões, é observável que algumas habilitações de determinados eixos só foram ofertadas em algumas das categorias das escolas, como por exemplo, o caso de Química, que foi oferecida exclusivamente pelas Escolas Criadas.

A Tabela 3 se refere à mesorregião Agreste Potiguar, considerando os mesmos elementos que foram analisados na Tabela 2. Também fazemos a relação entre as duas mesorregiões e demonstramos as diferenças e aproximações existentes entre elas. Apesar de ter ocupado o terceiro lugar em número de escolas, no que tange as habilitações, ela fica em último lugar, com uma oferta geral de 58 (cinquenta e oito) habilitações, como se pode averiguar na Tabela 3:

Tabela 3

Habilitações ofertadas por categoria de escolas na mesorregião Agreste Potiguar (1971-1996).

HABILITAÇÃO	Escolas Criadas	Escolas Transformadas	Escolas Estadualizadas	Total por habilitação
Auxiliar de Escritório	1	2	1	4
Auxiliar de Contabilidade	1	2	-	3
Assistente Administrativo	-	2	-	2
Téc. em Contabilidade	-	2	-	2
H.B. Setor Primário	2	3	1	6
Magistério	7	15	2	24
Produção Rural	-	1	1	2
Curso embasado na lei 7.044	4	9	2	15
Total de habilitação por categoria	15	36	7	Total geral de habilitação
Total percentual de habilitação por categoria	26%	62%	12%	58

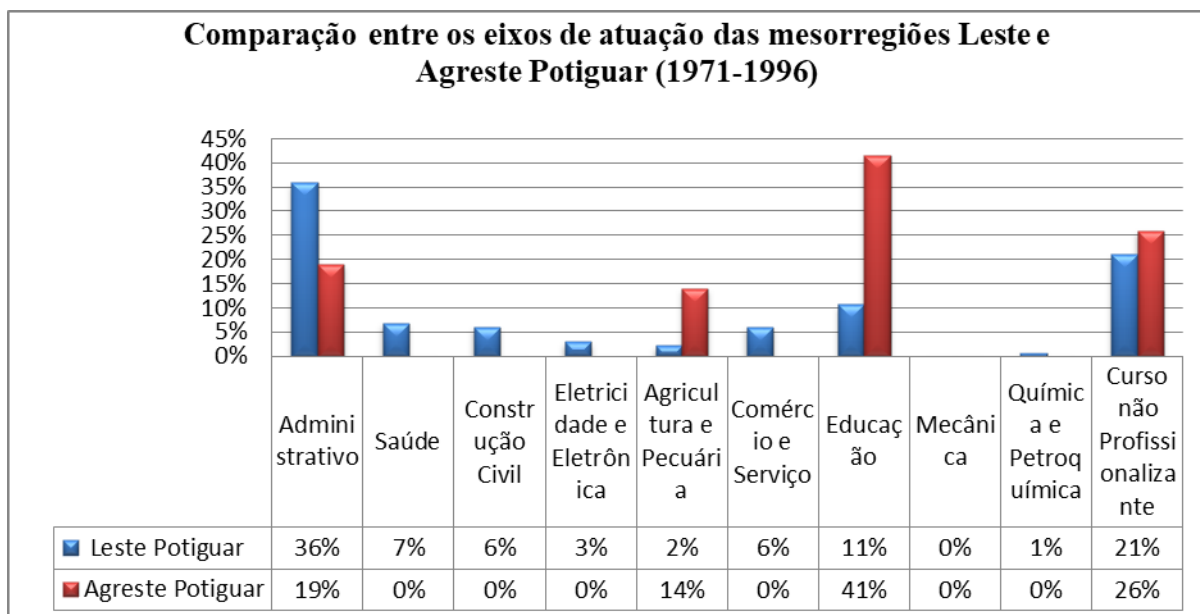
Fonte: Elaborada pelas autoras

A mesorregião Agreste Potiguar tem um cenário bem distinto da Leste Potiguar em diversos aspectos. O primeiro deles é a quantidade de habilitações ofertadas por ela, apenas 8 (oito) das 39 (trinta e nove) existentes no RN. O número geral de habilitações ofertadas nesta mesorregião totalizou 58 (cinquenta e oito), abaixo das 131 (cento e trinta e uma) ofertadas na Leste Potiguar. Se essa análise não levasse em consideração a organização do ensino de 2º grau na sua conjuntura total, seria plausível pensar que essa mesorregião deveria ter sido contemplada com um maior número de habilitações, devido à quantidade de escolas que foram constatadas em seu território.

Assim, nesse panorama, é correto afirmar que a maioria das escolas dessa mesorregião executava habilitação do eixo Educação. Do total de escolas, 13 (treze) delas realizaram apenas o Magistério e outros 10 (dez) estabelecimentos de ensino ofereceram a habilitação de Magistério com algum outro, isso significa dizer que, das 37 (trinta e sete) instituições escolares detectadas, 23 (vinte e três) implantaram o Magistério. Ao todo, o eixo de Educação, apenas com a oferta dessa habilitação, totalizou um percentual de mais de 41% (quarenta e um por cento). Quando analisada em relação à mesorregião Leste, há uma discrepância, pois nesta segunda, o foco maior foi no eixo de Administração, enquanto a Agreste Potiguar teve uma oferta de apenas 19% (dezenove por cento) neste último eixo. O outro eixo da EP executado, Agricultura e Agropecuária, obteve uma oferta de 14% (quatorze por cento). Já o Curso não profissionalizante teve efetivamente 26% (vinte e seis por cento) no cenário geral do ensino de 2º grau.

Outra informação interessante é o fato de diversos eixos não terem sido contempladas nesta mesorregião, dos 10 (dez) identificados, apenas 4 (quatro) se encontram representados aqui – Educação, Administração, Agricultura e Agropecuária e Curso não profissionalizante. Para facilitar a visualização dos dados expostos, os resultados por eixo e mesorregião se mostram conforme apresentado no Gráfico 1:

Gráfico 1



Fonte: Elaborado pelas autoras

No que diz respeito às categorias das escolas, é possível inferir que o conjunto de Escolas Transformadas mais uma vez foi o que teve maior número de habilitação em execução, ao todo monopolizaram 62% (sessenta e dois por cento) do ensino de 2º grau nesta mesorregião, enquanto as Escolas Criadas tiveram apenas 26% (vinte e seis por cento) e as Escolas Estadualizadas foram contempladas com 12% (doze por cento). Também é possível diagnosticar que, enquanto nas Escolas Transformadas houve oferta de todas as habilitações identificadas na Agreste Potiguar, as Escolas Criadas não ofertaram nenhuma das habilitações técnicas, e essa é uma constatação intrigante, uma vez que se verificam inúmeras dificuldades na documentação sobre a precariedade da infraestrutura das escolas.

Conforme afirma Germano (2011), em 1985, em uma pesquisa feita pelo MEC, apenas 27% (vinte e sete por cento) das instituições de ensino se encontravam em boas condições de uso, assim, as Escolas Criadas tinham menos tempo de uso do que as Escolas Transformadas, pois foram construídas já com a Lei nº 5.692/1971 em vigor, enquanto as demais foram feitas antes da década de 1970, nos levando a crer que as condições físicas das Escolas Criadas deveriam estar melhores que a das Escolas Transformadas.

Esses índices da mesorregião Agreste, quando comparados aos da Leste Potiguar, revelam uma discrepância, pois enquanto os percentuais entre as categorias Escolas Criadas e Escolas Transformadas são bem mais próximos na mesorregião Leste, na Agreste o fosso entre essas duas categorias é mais acentuado. O mesmo acontece com a categoria Escolas Estadualizadas, pois na mesorregião Leste a oferta nesta categoria foi de 5% (cinco por cento), enquanto na Agreste foi de 12% (doze por cento). Isto não se deve ao número de

escolas existentes entre uma mesorregião e outra, pois a diferença entre elas é de apenas uma escola a mais para a Agreste Potiguar.

Assim, diante das discussões produzidas até então, mais uma vez entendemos que a relação política reverbera fortemente entre essas mesorregiões e não só nestas duas, mas também nas outras que ainda serão analisadas, como é o caso da Central Potiguar, retratada com base na Tabela 4, que será estudada logo mais. Esse elemento é o que Cardoso (2012) chama de politização pública, pois, para politizar uma determinada sociedade, se faz necessário a presença de uma autoridade e isto é um sintoma forte não só do período em análise, mas de boa parte da história do nosso país. Este pensamento testifica com Chartier (2002) quando, ao definir o Estado moderno, coloca que existe a necessidade, para além de outros componentes, de se garantir uma ordem, e isto ocorre através do poder do soberano. Estas demandas e divergências entre as localidades nos faz questionar qual o poder político e a relação desses governantes com esses espaços? Quais foram as mediações políticas desses sujeitos com essas mesorregiões?

A seguir, a Tabela 4 demonstra um paradoxo, uma vez que a mesorregião Central Potiguar foi a que obteve o menor número de escolas, mas o mesmo não ocorreu em relação a distribuição de habilitações, como se poderá observar, pois apresenta um número maior de habilitações e diversidade de eixos de atuação do que se constatou na Agreste Potiguar.

Tabela 4

Habilitações ofertadas por categoria de escolas na mesorregião Central Potiguar (1971-1996)

HABILITAÇÃO	Escolas Criadas	Escolas Transformadas	Escolas Estadualizadas	Total por habilitação
Aux. de Escritório	2	7	2	11
Aux. de Contabilidade	-	4	-	4
Aux. de Secretário Executivo	1	3	-	4
H. B. em Administração	-	1	-	1
Téc. em Contabilidade	1	2	-	3
H.B. Setor Primário	-	2	-	2
Aux. Téc. Em Mecânica	1	-	-	1
H. B. em Comércio	-	1	-	1
Magistério	2	14	2	18
Téc. De Edificações	1	-	-	1
H. B. em Agropecuária	-	-	1	1
Téc. Em Agropecuária	-	-	1	1
Curso embasado na Lei 7.044	2	11	1	14
Sem habilitações	-	1	-	1
Total de habilitação por	10	46	7	Total geral de

categoria	habilitação			
Total percentual de habilitação por categoria	16%	73%	11%	63

Fonte: Elaborada pelas autoras

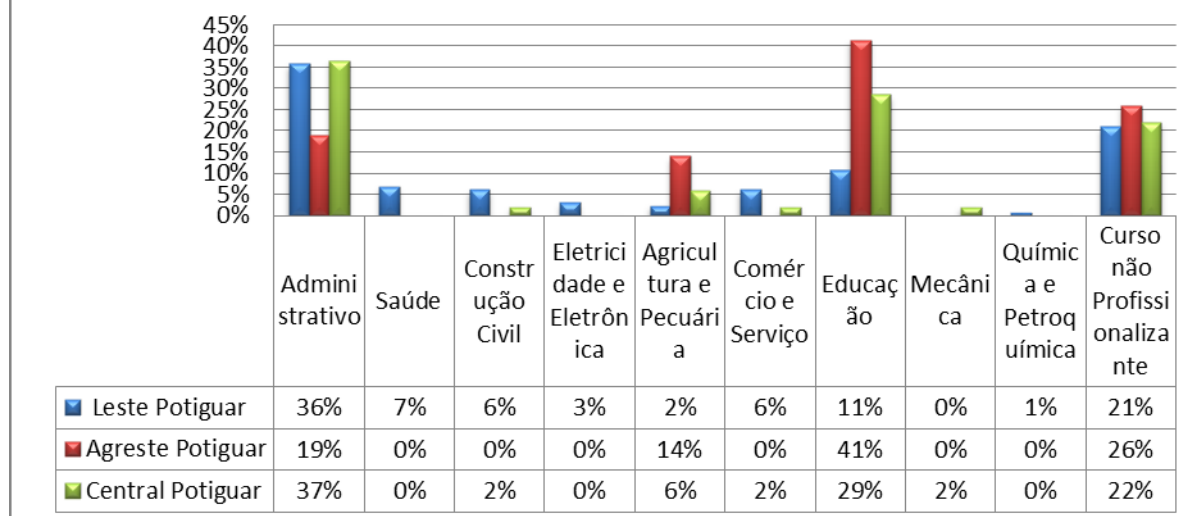
Quando comparadas às duas mesorregiões anteriores, a Central Potiguar demonstra algumas particularidades, devido, por exemplo, a ter um número menor de municípios do que a mesorregião Agreste Potiguar. A primeira constatação visível é a quantidade de habilitações que foram executadas nela, ao todo 63 (sessenta e três), com uma diversidade de 13 (treze) habilitações, já superando a Agreste Potiguar, que teve uma heterogeneidade menor que esta. Contudo, quando comparada à Leste, a Central Potiguar, apesar de ter um número maior de municípios efetivando o 2º grau, não se aproxima da oferta dessa mesorregião. Isso provavelmente ocorreu devido à hipótese demográfica, pois o espaço geográfico contemplado pela mesorregião Leste Potiguar é bem mais populoso que a Central Potiguar.

No que concerne às áreas de atuação, aqui é possível verificar um número bem maior do que na mesorregião Agreste, são 7 (sete) ao todo, ficando ausentes apenas os eixos: Eletricidade e Eletrônica, Saúde e Química e Petroquímica. Logo, é possível inferir, a respeito da EP, que os eixos de Administração e Educação foram mais uma vez os que tiveram maior quantidade de habilitações em execução, consecutivamente elas detiveram em torno de 37 (trinta e sete) e 29 (vinte e nove) por cento da oferta dessa mesorregião. O eixo de Administração teve uma oferta bem aproximada da Leste Potiguar, se diferenciando da Agreste, que não chegou nem aos 20% (vinte por cento). Já a oferta do eixo da Educação tem se mostrado bem heterogênea, pois cada uma das mesorregiões apresenta números bastante distintos entre si.

O eixo Agricultura e pecuária captou 6% (seis por cento) e o 2º grau não profissionalizante, embasado na Lei n. 7.044/1982, ofertou 22% (vinte e dois por cento) no panorama geral. No que diz respeito ao Curso não profissionalizante, diagnosticamos, até o presente momento, uma certa homogeneidade na oferta, é bem pequena a diferença entre as mesorregiões apresentadas até aqui, pois a oferta mínima foi de 21% (vinte e um por cento) e a máxima de 26% (vinte e seis por cento), como se pode observar no Gráfico 2:

Gráfico 2

Comparação entre os eixos de atuação nas mesorregiões Leste, Agreste e Central Potiguar (1971-1996)



Fonte: Elaborado pelas autoras

No que tange às categorias das escolas – Criadas, Transformadas e Estadualizadas –, é possível verificar que nessa mesorregião existiu uma disparidade maior que nas demais estudadas até agora. Apenas 16% (dezesseis por cento) da oferta foi executada pelas Escolas Criadas, enquanto a categoria Escolas Transformadas teve o domínio de 73% (setenta e três por cento) do ensino efetivado. Já Escolas Estadualizadas obtiveram 11% (onze por cento) da oferta de 2º grau concretizada. Em comparação às outras duas mesorregiões, Leste e Agreste Potiguar, a diferença é considerável, principalmente no tocante às Escolas Criadas, pois a discrepância da oferta entre a Leste e a Central Potiguar é de 26% (vinte seis por cento), já na categoria Escolas Transformadas, a diferença é de 20% (vinte por cento). A categoria Escolas Estadualizadas é a única que não tem uma divergência considerável em relação às duas outras mesorregiões.

A Tabela 5 retrata a conjuntura da mesorregião Oeste Potiguar. Esta, em termos numéricos, se aproxima bastante da Leste Potiguar, elas duas tiveram números similares de escolas de 2º grau e de quantidade de habilitações ofertadas. Como essa é a última tabela que trata sobre a oferta das habilitações, é possível tangenciar com mais precisão as aproximações e distanciamentos entre todas as mesorregiões, proporcionando, assim, uma visão mais ampla e geral sobre o ensino de 2º grau no Rio Grande do Norte.

Tabela 5

Habilitações ofertadas por categoria de escolas na mesorregião Oeste Potiguar (1971-1996)

HABILITAÇÃO	Escolas	Escolas	Escolas	Total por
-------------	---------	---------	---------	-----------

	Criadas	Transformadas	Estadualizadas	habilitação
Assistente Administrativo	1	-	-	1
Aux. de Contabilidade	1	2	4	7
Aux. de Escritório	1	9	4	14
Aux. de Redação Oficial	-	1	-	1
Aux. de Secretário Executivo	-	1	-	1
H. B. em Administração	-	1	-	1
H. B. em Crédito e Finanças	1	-	-	1
Téc. em Contabilidade	1	2	-	3
H. B. em Comércio	-	1	-	1
Técnicas Comerciais	-	1	-	1
Aux. de Enfermagem	-	1	-	1
Téc. Em Enfermagem	-	1	-	1
H. B. em Saúde	1	-	-	1
H. B. em Construção Civil	1	-	-	1
H.B. Setor Primário	3	4	-	7
H. B. Setor Terciário	1	2	-	3
Eletrônica	1	-	-	1
Eletricidade	1	-	-	1
H. B. em Agropecuária	-	1	-	1
Téc. Em Secretariado Escolar	-	1	-	1
Magistério	9	19	10	38
Mecânica	1	-	-	1
Química	1	-	-	1
Curso embasado na lei 7.044/82	10	22	7	39
Habilitação sem identificação	1	2	-	3
Sem habilitações	-	2	-	2
Total de habilitação por categoria	35	73	25	Total geral de habilitação
Total percentual de habilitação por categoria	26%	55%	19%	133

Fonte: Elaborada pelas autoras

Essa mesorregião foi a que teve o maior número de habilitações em execução, ao todo foram 133 (cento e trinta e três). Isto se deu, provavelmente, porque essa mesorregião também teve, em termos gerais, maior número de escolas de 2º grau. Ainda ocorreu um fenômeno que a diferencia das demais, pois foi a única que executou habilitações em todos os eixos de atuação, mesmo que com apenas uma habilitação, como foi o caso dos eixos de Mecânica, Química e Petroquímica, Construção Civil e Agricultura e Pecuária. Outro ponto relevante é o fato da habilitação de Química só aparecer nesta mesorregião e na Leste e, em ambos os casos, essa habilitação foi ofertada pela categoria Escolas Criadas. O mesmo fenômeno

ocorreu com as habilitações do eixo de Mecânica, com uma habilitação ofertada na mesorregião Oeste e outra na Agreste Potiguar, sendo os dois em Escolas Criadas.

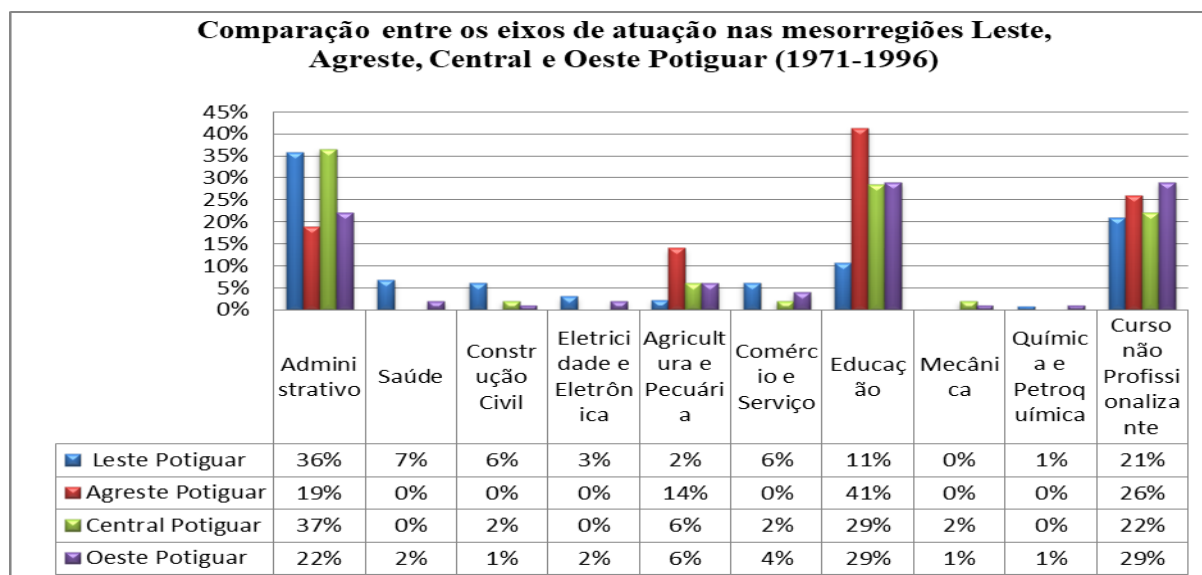
Semelhante às demais mesorregiões, os eixos que predominam, na EP, são os mesmos, Administração e Educação, consecutivamente eles detiveram uma oferta em torno de 22% (vinte e dois por cento) e 29% (vinte e nove por cento). Nela, aparece uma habilitação, no eixo Educação, que não foi constatada nas demais, segundo documentos da Subcoordenadoria de Organização e Inspeção Escolar, Téc. em Secretariado Escolar, enquanto nas outras mesorregiões a oferta desse eixo é toda voltada para a habilitação de Magistério, aqui temos essa particularidade. Portanto, dessas considerações, podemos constatar que a hipótese levantada, no que diz respeito à EP, é verdadeira. Esses dois eixos são os basilares do ensino de 2º grau profissionalizante.

De igual modo, é possível concluir que o Curso não profissionalizante completa o que chamamos de tripé de base do ensino de 2º grau, pois nesta localidade o 2º grau não profissionalizante, embasado na Lei n. 7.044/1982, deteve em torno de 29% (vinte e nove por cento) da oferta. Entendemos serem esses os 3 (três) eixos de sustentação do ensino de 2º grau, devido ao pouco investimento em termos de recursos de infraestrutura física e humana que as escolas necessitavam desenvolver para implantá-los. Esses eixos, provavelmente, facilitavam a seleção de professores para atuarem nas escolas, conforme já mencionamos anteriormente.

A mesorregião Oeste Potiguar, no que diz respeito às categorias das escolas, demonstra algumas particularidades, a primeira delas é quando a comparamos com a Leste Potiguar. Na categoria Escolas Criadas houve uma oferta de habilitação maior na Leste Potiguar, pois enquanto esta apresentou um total de 42% (quarenta e dois por cento), a Oeste manteve apenas 16% (dezesesseis por cento). A mesma disparidade entre essas duas mesorregiões ocorre quando comparada à categoria Escolas Estadualizadas, a Leste apresenta uma oferta de apenas 5% (cinco por cento), enquanto a Oeste executou 19% (dezenove por cento). Essa discrepância aconteceu, provavelmente, devido à quantidade dessa categoria de escola ser maior na mesorregião Oeste Potiguar. Quando comparada às outras duas, ela também teve um índice maior de oferta nesta categoria escolar. Já com relação às Escolas Criadas, os níveis de oferta da mesorregião Oeste Potiguar se aproximam mais da Central e Agreste Potiguar, tendo, inclusive, o mesmo percentual de oferta desta última. Já a segunda particularidade ocorre quando observadas as Escolas Transformadas, a alíquota se aproxima bastante da mesorregião Leste, com 55% (cinquenta e cinco por cento), ficando abaixo da oferta das mesorregiões Agreste e Central Potiguar.

O Gráfico 7 apresenta um resumo geral de como se comportou cada eixo de atuação entre as quatro mesorregiões do RN.

Gráfico 7



Fonte: Elaborado pelas autoras

No que tange aos eixos de atuação, a mesorregião Agreste deteve o maior índice no eixo Educação, com mais de 41% (quarenta e um por cento), enquanto as mesorregiões Central e Oeste Potiguar mantiveram uma média de 29% (vinte e nove por cento); já a Leste Potiguar ficou abaixo, com uma oferta média em torno dos 11% (onze por cento). A respeito do eixo Administração, a Central Potiguar ficou com a maior oferta, totalizando 37% (trinta e sete por cento), sendo seguida pela mesorregião Leste, com de 36% (trinta e seis por cento), enquanto as demais, Agreste e Oeste, tiveram uma oferta de 19 (dezenove) e 22 (vinte e dois) por cento.

Com relação ao ensino de 2º grau não profissionalizante, as mesorregiões demonstraram uma certa regularidade, pois todas elas se mantiveram dentro da casa dos 20% (vinte por cento), tendo a Leste uma oferta de 21% (vinte e um por cento), a Agreste 26% (vinte e seis por cento), a Central 22% (vinte e dois por cento) e a Oeste Potiguar 29% (vinte e nove por cento). Portanto, a mesorregião com maior ênfase de oferta de Curso não profissionalizante foi a Oeste.

4. Considerações finais

Ao longo desse artigo vários questionamentos foram feitos, sendo importante retomá-los. Uma dessas perguntas tinha como indagação: durante o espaço de tempo em investigação, houve distinção entre as habilitações oferecidas nas Escolas Criadas, Escolas Transformadas e Escolas Estadualizadas? Diante dos dados expostos, o que se pode afirmar é que algumas habilitações como Química, Eletrônica, Téc. em Edificações, Aux. Téc. em Edificações e as habilitações do eixo de Mecânica foram ofertadas apenas pela categoria Escolas Criadas. Já com as demais habilitações não foi possível encontrar nenhum critério determinante por categoria das escolas. Portanto, devido à pequena quantidade de habilitações exploradas por apenas uma das categorias, é possível afirmar que não houve planejamento acerca desse aspecto, possibilitando compreender que essa não era uma preocupação primária do ente federativo em investigação, o RN. Talvez a oferta dessas habilitações fosse planejada com antecedência apenas para as Escolas Criadas, uma vez que esses estabelecimentos de ensino deveriam ser entregues prontos, com todo o aparato necessário para a execução das habilitações a serem executadas.

Algumas outras inquietações dizem respeito às seguintes perguntas: qual critério utilizado pelo RN para escolher os eixos que teriam mais evidência? Diante das análises feitas até o momento, podemos afirmar, mais uma vez, que os critérios utilizados pelo RN na implantação do ensino de 2º grau não estiveram pré-determinados. Foi possível perceber uma certa homogeneidade na oferta de alguns eixos de atuação, ou pelo menos ênfase em alguns eixos distintos. Estas constatações permitem diagnosticar, no que concerne às habilitações, a existência de alguns elementos com menos oscilações que outros e isso continua a expressar as relações de forças que produzem as decisões governamentais.

Devido a essa complexidade e antagonismo nas relações políticas é difícil inferir as reais pretensões do RN referentes à educação do período em análise. As fronteiras políticas, por serem variáveis, estão constantemente em expansão e isso pôde ser constatado pelos dados expostos aqui. Essas afirmações respondem a um último questionamento: as demandas e divergências entre as mesorregiões nos faz questionar qual o poder político e a relação desses governantes com esses lugares? Quais foram as mediações políticas desses sujeitos com essas mesorregiões? Por mais que não seja possível materializar essas relações entre políticos-sujeitos-instituições, podemos afirmar que essas fronteiras dinâmicas e em movimentação constante alteram o jogo político, podendo tornar um espaço que até então estava à margem, em lugar de evidência e ascensão. Essas idas e vindas são próprias do espaço político, e também podem ter relação com o poder simbólico.

Desse modo, compreendemos que administrar uma escola de 2º grau proporcionava determinados privilégios para os municípios que as detinham, mas também gerava status para os diretores e professores que trabalhavam naquelas instituições de ensino. Dessa maneira, essa relação de troca de poder entre o RN e esses personagens retroalimentava o sistema político da época, nesse estado do Nordeste.

Portanto, a partir das análises, constatamos que o ensino de 2º grau no RN não esteve em consonância total com o mercado de trabalho, uma vez que focou em duas grandes áreas no que diz respeito à EP: Educação e Administração. Esta última engloba a parte de serviços, denominado setor terciário, entretanto o setor primário, voltado, aqui, para pecuária e agricultura, mesmo sendo de extrema importância no interior do estado tiveram um oferta irrisória, quando comparada aos demais setores.

5. Referências

Araújo, D. da S. (2010). *Dinâmica econômica, urbanização e metropolização no Rio Grande do Norte (1940-2006)*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco Editora Massangana.

Barros, J. D. (2004). *O campo da história: especialidades e abordagens*. Rio de Janeiro: Vozes.

Brasil. (2019). *Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 01 nov. 2019.

Cardoso, C. F. História e poder uma nova história política?. In: Cardoso, C. F., Vainfas, R. (Orgs). (2012). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Chartier, R. (2002). *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: DIFEL.

Germano, J. W. (2011). *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)* (5 ed.). São Paulo: Contexto.

Pereira, A.S. et al. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. [e-book]. Santa Maria. Ed. UAB/NTE/UFSM. Disponível em:
https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1. Acesso em: 01 nov. 2019.

Rémond, R. (2003). *Por uma história política* (2 ed.). Rio de Janeiro: Editora FGV.

Santos, P. P. dos. (2001). *Evolução econômica do Rio Grande do Norte (século XVI ao XXI): 500 anos da história econômica do Rio Grande do Norte* (2 ed.). Rio Grande do Norte: Departamento de Imprensa do Estado.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Nara Lidiana Silva Dias Carlos – 50%

Ilane Ferreira Cavalcante – 25%

Olívia Moraes de Medeiros Neta – 25%